
ICANN77 | Fórum de políticas – Discussão do GAC sobre WHOIS e preparação para a reunião da diretoria da ICANN

Segunda-feira, 12 de junho de 2023 – 15h30 às 17h DCA

JULIA CHARVOLEN:

Bem-vindos a Sessão da ICANN77 sobre WOHIS e Política de Proteção de Dados, 11 de junho, 15h30. Essa reunião vai se reger pelos Padrões da ICANN. Os comentários e perguntas vão ser lidos, se são escritos da forma apropriada. Digam seu nome, quando falarem. E em que idioma vão utilizar, se não for inglês. Falem claramente a um ritmo razoável para ajudar a interpretação. Silenciem todos os dispositivos. E tenham todas as funções disponível na barram de Zoom. Passo a palavra para o presidente do GAC, Nicolas Caballero.

NICOLAS CABALLERO, PRESIDENTE DO GAC: Por favor, ocupem seus lugares, que estamos para começar a sessão sobre Proteção de Dados, WHOIS e Política de Proteção de Dados e Exatidão. Por favor, ocupem seus lugares. E temos Chris Lewis-Evans do Reino Unido, do Organismo Nacional de Delitos; Kenneth Merrill do Departamento, dos Estados Unidos, NTIA; Laureen Kapin da Comissão Federal de Comércio e Melina Stroungi. Não sei se estou pronunciando bem o seu nome.

Ah, está conectada de forma remota, da Comissão Europeia. Próximo slide. Essa é a agenda, que vamos abranger nessa sessão. Primeiro, vamos falar dos antecedentes do WHOIS e proteção de dados. Depois a

Observação: O conteúdo deste documento é produto resultante da transcrição de um arquivo de áudio para um arquivo de texto. Ainda levando em conta que a transcrição é fiel ao áudio na sua maior proporção, em alguns casos pode estar incompleta ou inexata por falta de fidelidade do áudio, bem como pode ter sido corrigida gramaticalmente para melhorar a qualidade e compreensão do texto. Esta transcrição é proporcionada como material adicional ao arquivo de áudio, mas não deve ser considerada como registro oficial.

proposta da política de dados de registro de gTLD. O terceiro tema corresponde a Serviço de Solicitação de Dados de Registro, RDRS. Depois Serviços de Privacidade e Proxy, serviços e considerações para o Comunicado da Reunião ICANN77 de Washington. Chris, quer começar, por favor?

CHRIS LEWIS-EVANS:

Sim. Oi a todos! Vamos ver esses assuntos. E como sempre, sintam-se livres de formular perguntas. Vamos também dar oportunidade de que façam algumas perguntas, dar respostas. Vamos ver o chat. E damos a palavra para Laureen.

LAUREEN KAPIN:

Oi, amigos! Obrigada a todos. Sou Laureen Kapin. Estou falando hoje, como membro do Grupo Reduzido do GAC, que está trabalhando nas inúmeras fases já realizadas e as que estão para vir dentro da iniciativa de política, que tem foco nos dados de registro dos nomes de domínio. Certamente, algumas dessas informações são conhecidas, outras serão novas. Vamos ter uma combinação das duas, para que todos estejamos em sintonia e entendamos a mesma coisa.

Passamos para o próximo slide, que não é o seguinte. Não. Agora, sim. Isso é porque deveríamos importar. Porque o GAC e o público deveriam se importar pelo acesso aos dados de domínio, que são dados que nos indicam quem é responsável de um nome de domínio e a informação e o serviços vinculados com esse nome de domínio. Por que deveriam se importar com eles? Porque os governos e outras entidades, que trabalham para proteger a segurança pública, utilizam essa informação

e se baseiam nelas para investigar os resultados, temas, condutas ilícitas para aplicar suas leis nacionais e também para evitar o uso indevido das tecnologias de comunicação na internet.

Mas isso não é da competência dos governos e dos organismos de aplicação das leis. Mas também empresas, usuários e organizações, como vocês e eu, que estamos tentando combater a fraude com as leis e com as salvaguardas. Há interesse na propriedade intelectual, que deve ser protegida e em geral – e talvez isso seja o mais importante – todos querem ter segurança e confiança, quando realizam atividades na internet. E há variedade de instrumentos, que ajudam a garantir essa segurança. Uma delas é saber quem está por trás de um nome de domínio, quando esse nome está envolvido numa conduta ilegal ou não correta. E todas essas considerações continuam sendo pertinentes. Se pensarmos em 2007, com esses princípios que eu acabo de mostrar, princípios do GAC com relação ao GAC e a 2007, quando falávamos dos serviços de WHOIS. Por que é que tudo isso acontecia? Por que ainda é importante parar nós em 2023?

As leis de proteção de dados foram explícitas sobre o que continua sendo preocupação, como era em 2007? Tem que haver uma abordagem equilibrada para considerar esses interesses e proteger o público. Mas também partir dessa proteção ao público, envolve a proteção da capacidade do público e as de outras jurisdições, que nos ajudam a ter esse equilíbrio entre a proteção da privacidade e permitir aqueles que trabalham para proteger o público, que tenham a informação necessária para cumprir com as suas funções. Então poderão ver que novamente. Falamos aqui em manter acessível essa

informação, para aqueles que de forma lícita estão autorizados a acessar essa informação e estar certos de que aqueles que querem acessar a esses dados – e temos critérios para ter esse acesso lícito – possam realmente chegar a essa informação. Então agora, dou a palavra para Kenneth Merrill.

KENNETH MERRILL:

Obrigado, Laureen. Sou representante substituto dos Estados Unidos diante do GAC. Também um dos representantes do GAC, que trabalham no Grupo Reduzido, que se encarrega desse processo de desenvolvimento de política preditivo. Isto é muito útil. Eu sugiro que guardem esse slide, que descarreguem. Porque dá uma ideia de onde estamos agora, onde estivemos e para onde vamos. Também quero agradecer e dar as boas-vindas a todos os colegas, que estão no palco e também aqueles, que estão online. E quero convidá-lo a que digam o que precisarem, se estou esquecendo de alguma coisa.

Começamos com uma questão específica. Podem ver a linha cronológica, que nos dá uma ideia de onde começaram as diferentes fases, quando finalizaram e em que situação se encontram nesse processo, algumas delas. Depois da aprovação da Especificação Temporária dentro do EPDP, a GNSO iniciou a Fase 1, para determinar se essa Especificação Temporária deveria ser uma política consensual, tal como estava ou tinha que ter alguma modificação. Então se apresentaram modificações, que deram como resultado a política por consenso sobre dados de registro. E essa nova política precisava de um sistema de acesso.

Ele se iniciou em 2019 para discutir entre outras coisas, o modelo padronizado de acesso a dados de registro não-público. Em agosto de 2020, foi emitido um relatório final sobre a Fase 2. E esse foi o ponto de partida para a Fase de *Design* Operacional, que em última análise, chegou a que se tomasse a decisão de desenvolver um sistema piloto, que pudesse gerar dados que se pudessem comparar com a informação para algo maior. Nesse caso, estamos falando de um sistema de acesso e divulgação padronizado. Não sei se já disse antes. Nico disse que continuamos utilizando essas siglas na ICANN. Minha colega Laureen vai passar as novidades sobre a fase.

Em julho de 2020, se iniciou uma terceira fase, a Fase 2A desse EPDP, para se concentrar em duas questões: a de diferenciação dos dados de registro das pessoas físicas em oposição as jurídicas. E viabilidade de ter contatos únicos para ter algum tipo de direção de e-mail, um endereço e-mail... ou enfoque. Eu deveria dizer que a Equipe da Fase 2 não recomendou nenhuma modificação na política, mas deu orientação para que as partes contratadas, que escolhessem fazer essa diferenciação entre pessoa física e jurídica. E temos a equipe de definição de alcance, que vou depois falar com mais detalhes, se iniciou em 2021 com a finalidade de avaliar o estado atual da exatidão e determinar se era necessário fazer modificações a política vigente sobre exatidão dos dados de registro ou não. Passamos para o outro slide. E acho que passo a palavra para a Melina.

NICOLAS CABALLERO, PRESIDENTE DO GAC: Um minuto. Antes de avançar para o segundo slide, quero saber se há perguntas. Não sei se ficou claro para todos. Podemos

avançar? Muito bem, parece que não há perguntas. Então podemos continuar.

KENNETH MERRILL:

Então, passo a palavra para a Melina Stroungi.

MELINA STROUNGI:

Obrigada. Espero que me escutem, possam me ver. Sou Melina Stroungi, representante do GAC. Trabalho para a Comissão Europeia e o Setor de Governança da Internet. Laureen já explicou o porquê os dados de registro são tão importantes, para que o sistema de nomes de domínio seja estável e seguro. E com a entrada em vigor do regulamento europeu de proteção de dados em 2018, que protege dados pessoais, surgiram muitas modificações, como podem ver na cronologia. Vimos uma Especificação Temporária, que depois se estendeu a uma política interina de dados de registro. E agora, temos a política consensual para dados de registro para gTLDs num formato rascunho.

Essa política preliminar foi publicada em agosto de 2022 e estabelece os requisitos para coleta e publicação dos dados de gTLDs. A política vai fazer parte dos requerimentos contratuais da ICANN para os registros e registradores dentro dos 18 meses da sua aprovação. E deveria entrar em vigor antes do fim de 2024. O GAC fez comentários em diferentes momentos. E os últimos comentários do GAC de novembro de 2022, expressamos algumas preocupações com relação ao interesse público. Vocês veem alguns slides desses, mas temos uma descrição geral.

E algumas dessas preocupações, incluía preocupação nos tempos propostos para responder as necessidades urgentes. Propusemos que se estabelecesse um prazo claro, para responder aquilo que era urgente e depois, definir o que é uma questão urgente. E incluir os incidentes de cibersegurança em andamento, iminentes. Depois uma preocupação sobre coleta e publicação dos dados, pensávamos que era importante incluir o revendedor, como elementos de dados na política. E vemos a definição de revendedor, no Acordo de Registro, que pode incluir os serviços de proxy e de privacidade. E queríamos ter clareza sobre que entidades deveriam ou não ser consideradas, revendedoras em virtude dessa política.

E outras, quanto a coleta, publicação de dados de registo vinculados com entidades jurídicas, com pessoas jurídicas. Que não estão protegidos, esses dados, conforme o GDPR. Se bem, isso não entrava dentro do alcance da Etapa 1 de implementação. Sim, existiam alguns elementos na política por consenso preliminar, que podiam ter sofrido alguma modificação, conforme outras recomendações de políticas da Fase 2A. Por exemplo, a recomendação de que entre o registratário físico e jurídico, então esse é um tema, que o GAC está tratando faz tempo. E outras observações, quanto a outros classificadores, incluídos na política, com respeito a viabilidade comercial.

Muitas vezes, se diz onde é comercialmente viável. E isso está relacionado com a possibilidade omitir alguns dados, em alguns casos, quando não está técnico-comercialmente possível, essa limitação dessa especificação. E isso era uma coisa um pouco vaga. E não estava

muito explicado, o que significava “comercialmente viável”. Também falamos da necessidade de apresentar com maior clareza os termos, principalmente quando é obrigatório ou não. Ou celebrar um acordo de proteção de dados. E também algumas outras coisas, que dependiam da celebração do acordo de proteção de dados. Existiam coisas, que não ficavam claras, se eram obrigatórias ou não e em que casos deveria existir um acordo de proteção de dados e em que casos, não.

Também pedimos que aportassem os fundamentos, pelo qual algumas políticas estavam sendo substituídas pela implementação da Fase 1, como por exemplo, política do WHOIS amplo. Depois a necessidade de ter normas claras em torno da implementação e a executabilidade. E também a implementação do sistema parcial, que dá como resultado, uma diferença material, política. Como antes falamos, toda política deve levar em consideração qualquer outro acontecimento pertinente, como a Fase 2A, que já mencionamos antes. Mas também qualquer situação regulatória, qualquer acontecimento legislativo; caso contrário, entramos no risco de ficar desatualizados. E também no Comunicado de Cancún, em março de 2023, repetimos, reiteramos essas preocupações.

Seguinte slide. No total, nesse período de comentários públicos, existiram contribuições de 14 grupos da comunidade da Organização da ICANN. Foram atualizadas também as redações da política consensual sobre dados de registro preliminar sobre a base desses comentários. E também a ICANN deu respostas a esses comentários público no mês de abril de 2023. Houve alguns elementos positivos, eu posso começar mencionando esses. O fato de que a ICANN recebeu essa

retroalimentação sobre os tempos, para responder os pedidos urgentes. Então agora, o tempo de resposta foi fixado em 24 horas, o que é muito importante. No entanto não levou em conta, nossa sugestão de estender a definição de pedidos urgentes para incluir também incidentes de cibersegurança em andamento ou iminentes.

Também muitas sugestões se caracterizaram como, que ficaram fora do alcance. Por exemplo, a distinção entre pessoa física e jurídica, que se relacionam com a Fase 2A e que tem a ver também com a coleta e publicação dos dados de revendedores, que foi caracterizado um tema, que escapava do alcance desse trabalho. Este ponto é lamentável, porque não puderam ser incorporados. Também como impacto o WHOIS amplo e a Organização da ICANN disse que apenas podia exigir um requisito de transferência, quando as partes contratadas pertinentes acordam que existe uma base jurídica para ditar a transferência. E há um acordo de proteção de dados vigente.

Pedimos mais esclarecimentos sobre o tema do acordo de proteção de dados. E entendemos que na Fase 1 do EPDP está em 80% de realização das atividades. E esperamos ter alguma resposta em breve. Agora, a Equipe de Revisão da Implementação está analisando a resposta da ICANN a esses comentários públicos, inclusive durante esses dias, durante o transcurso da ICANN77 está avançando a atualizar e o último detalhe da política.

E no GAC, vamos continuar monitorando bem de perto os acontecimentos. E vamos discutir no final da sessão, quais seriam as questões dos comentários públicos, que ainda geram preocupações **[inaudível – 00:20:29]** público, de natureza pública para depois poder

transladar e deixar no Comunicado. Vou parar por aqui, porque é importante também dar espaço aos meus colegas de aprofundar diferentes temas da agenda, mas também deixar um pouco de tempo para um debate. E claro, que com prazer, vou responder qualquer pergunta. Obrigada.

NICOLAS CABALLERO, PRESIDENTE DO GAC: Muito obrigado, Melina. Ia dizer justo isso. temos perguntas, comentário? Eu peço a Gulten, que também me ajude com o chat. Então comentários e perguntas? Não vejo nada. Passo a palavra a Chris.

CHRIS LEWIS-EVNAS: Obrigado, Nico. Passando a Etapa 2, a Fase 2. Seguinte slide. Eu gostaria de repassar rapidamente os antecedentes da Fase 2, para chegar até a atualidade e depois falamos disso. A Fase 2 também depois de vários anos de deliberações, apresentou, realizou várias recomendações muito amplas e complexas. O GAC fez uma declaração de minoria em 2020, junto com vários grupos de partes interessadas envolvidas no processo, pela complexa natureza.

Então aí, a ICANN encomendou uma Avaliação de Desenho Operacional ou ODA, outro acrônimo no SSAD. Que pela natureza complexa das recomendações, provou um conjunto de sistemas e processos complexos e também vários custos, tanto para gerar o sistema, como as tarifas referidas ao uso do sistema, pela incerteza de como se veria o processo e os custos. O Conselho solicitou que se fizesse um recesso para a sua consideração e que se permitisse uma prova de conceito,

para conseguir entender aquelas partes do sistema sobre as quais não podiam ter uma resposta boa, sem ser uma reunião de dados.

Eu não vou entrar nos detalhes, porque há nomes que nem se usam agora. Agora temos um sistema que se chama Serviço de Solicitação de Dados de Registro. Os outros não devemos aprender, podemos até ignorar. Passemos ao próximo slide. E vamos ver de que se trata. Como disse antes, a Diretoria acordou esse Serviço de Solicitação de Dados de Registro, em virtude da resolução do mês de fevereiro. A ideia era desenvolver e lançar nos próximos 11 meses, um sistema para solicitações de dados de registro. Na sessão anterior, recebemos uma atualização da ICANN e disseram que estão em andamento neste plano. E o plano é permitir aos registradores no mês de setembro, o acesso e aos solicitantes, começar a permitir que solicitem no mês de novembro.

Então estamos dentro dos tempos esperados, o que é uma boa notícia. Aqueles que serão lançados, vão ter um período de dois anos, para permitir uma recuperação, reunião de dados adequados. Durante esses dois anos vai existir um ritmo regular, comparado com o que era. E também vão ser reportados o uso dos dados, como se utilizam. E depois de dois anos, vai existir uma reavaliação para ver o que contam esses dados e como o SSAD poderia ser desenvolvido, que impactos existiriam na análise de custos.

Algumas das funções-chaves do RDRS, um dos comentários que fizemos no GAC é que não queríamos um sistema, que fosse... um sistema fragmentado. Ou seja, tem que ser proporcionado um ponto central para todas as questões relacionadas com as solicitações. Não

há um custo para os solicitantes. Essa é outra contribuição, que fez o GAC. E para que fique leve, não há autenticação e nem verificação dos solicitantes. Tudo se faz através do sistema de verificação do correio eletrônico. Ou seja, se verifica que exista alguém da outra parte do correio. E depois o registrador vai decidir se esse solicitante é quem diz que é e se cumpre com os requisitos para ter um interesse legítimo. Todo o processamento e divulgação de dados se faz por fora do RDRS. E isso é em comunicação direta com o solicitante e o registrador.

Eu acho que esse é um passo-chave para nós, o que dá, oferece um sistema centralizado, que é uma forma adequada de chegar aonde queremos chegar, em definitivo. Então é uma coisa que certamente nós apoiamos. Próximo slide. Dados de uso. Neste slide, há muita informação, que eu não vou falar de tudo.

Aí está o número de solicitações de divulgação, a quantidade de vezes que é outorgada uma solicitação, número de vezes que não se outorga, as razões das solicitações, de onde provêm. E tudo isso aponta em ajudar a ICANN a entender as consequências dos custos. Se é um sistema pequeno, o que é necessário ou alguma coisa mais complexa, saber quando usa, para que, o porquê usa. São todos-chaves. Isso ajuda nas questões de autenticação e coisas assim. E também o tempo de resposta. Passo a palavra agora a... não, desculpem.

Seguinte slide. Obrigado, Laureen. Com respeito aos critérios de sucesso, o objetivo é obter informação suficiente para entender desde o Conselho da GNSO e da Diretoria da ICANN, o suficiente, como para fazer recomendações sobre o SSAD. E informação também sobre o impacto nos custos, que vai ter o desenho do sistema e todos os outros

elementos, que poderiam dar dos dados. São seis pontos. Não vou ler. Aparecem aí, na tela. Mas para nós, se trata de garantir... ter esse sistema padronizado, centralizado e poder reunir informação, que indique que isso funciona.

Há uma aspecto-chave para nós. E que vamos promover, sem dúvidas, da perspectiva... da nossa perspectiva do PSWG, de que os solicitantes têm que... precisem solicitar dados de sistema, têm que ter uma descrição clara de como vão agir, ou seja, uma grande participação da ICANN. Já falei dos materiais, que vão ser gerados. Eu não tenho dúvidas, de que todos esses materiais, o GAC vai receber. E a ideia é que cada país possa entender o sistema e possa utilizar o sistema.

Seguinte slide, por favor. Algumas coisas que são consideração do GAC. Há alguma certeza, quando a adoção, que vão ter os registradores. Esse é um sistema voluntário. Eles vão ter que se incorporar ao sistema. É voluntário. Não há política por trás. É um sistema por participação voluntária. Uma boa notícia é que nas reuniões de hoje, houve uma reunião de registradores hoje de manhã. E parece que se fala bastante de se incorporar ao grupo, fazer parte dos registradores. Então temos que conseguir que os solicitantes façam. E isso corresponde a gente, que se conheçam, que saibam como funciona, o que se necessita para conseguir o uso máximo.

E na verdade, temos que produzir os dados reais, mas existe o risco de que se as pessoas não se envolvem, não participam; isso talvez não aconteça. Bom, este ponto é uma coisa que o Grupo Reduzido da GNSO sabe e vai junto.

Fizemos várias declarações sobre esse sistema. A primeira delas tem a ver com a importância de participar na educação e na difusão externa. Eu acho que existem bons incentivos para os registradores e registros, de recomendar a participação das suas partes interessadas. Porque eles vão obter dados de forma congruente, que vai permitir processar as solicitações de forma mais rápida, mais simples e reduzir o tempo que destinam a este tipo de solicitações. E bom, isso reduziria também as idas e vindas, quando a solicitação não está pronta. É muito importante registrar a informação para saber como funciona.

E isso, como já falei, já está dentro do sistema, o que é bom. Na última reunião de Cancún, fizemos uma recomendação do GAC para solicitar que se garantam a confidencialidade das solicitações realizadas pelos organismos de aplicação da lei. E tivemos várias reuniões e o Grupo Reduzido da GNSO contou que isso está avançando muito bem e que é muito boa, essa capacitação e treinamento para nós para nós, a confidencialidade então desses organismos de cumprimento da lei. A ICANN está vendo o texto com o Departamento Legal e esperamos receber em breve, para aprovar e discutir. Sobre o uso dos metadados e como se registram.

Há um formulário produzido sobre a recompilação, reunião de dados e como ficam registrados. Isso tem impacto na análise dos dados, que estamos fazendo. Então agora, estamos analisando para entender apropriadamente o impacto para as solicitações de organismos de aplicação da lei, que surjam daqui ao futuro. Acho que com isso, não sei se tenho um slide a mais. Não. Mais um antes de passar. É sua?

LAUREEN KAPIN:

Vejam que estamos resolvendo, enquanto estamos aqui. Segue, continua existindo temas abertos, que são os próximos passos com relação a interface de confidencialidade, como vai funcionar. Aos organismos de aplicação da lei, eles gostariam de saber adiantado, como é que vão manter essa confidencialidade. Porque em algumas organizações se não se mantiver a confidencialidade, o organismo cancela a solicitação. Porque comprometeria a situação. Querem saber de antemão, se existe um sistema para obter essa garantia. E se não vai se manter essa confidencialidade, o solicitante deve decidir se continua ou não.

Em virtude da resolução da Diretoria, vamos continuar encorajando o uso integral ou geral. A utilidade e o êxito do sistema dependem de como e se é usado. Porque se não for usado, os dados gerados não vão servir. E isso poderia envolver para bem ou para mal, que seja um sistema que não é necessário. De fato, pensamos que é algo muito mais complexo do que isto, porque as pessoas não sabem que o sistema faz com que as pessoas pensem que o sistema não vale a pena. Mas encorajamos que se possa utilizar o máximo possível, para obter dados para melhorar os pontos principais. Também desde a Diretoria, se insta a considerar um PDP sobre como fazer para pedir aos registradores.

Por enquanto é voluntário, para os solicitantes. Então esse uso é fundamental para o sucesso do sistema. Se não tem suficientes fontes de informação, que em sua maior parte seriam os registradores e não, os registros. Mas se não tiverem esse uso generalizado das fontes da informação, novas do sistema, não vai ser suficientemente viável ou útil. Então a Diretoria insta a pesquisar, se deve-se trabalhar num EPDP,

que envolva os trabalhadores. Então há algumas medidas tomadas. Há uma lista de possíveis critérios de sucesso do sistema. Talvez quando o sistema já estiver em funcionamento, surjam novos critérios. Mas pelo menos, existe uma lista preliminar.

E depois haverá estatísticas de uso, que vão surgir, quando o sistema estiver em funcionamento sobre as quais haverá verificações periódicas. E a Equipe Reduzida do RDRS, enquanto vão surgindo estatísticas de uso, vai haver conversas e talvez calibragem, medição. Bom, teremos que esperar. Seguinte slide. Pulamos o que é privacidade? Acho que são três, os de serviços de privacidade. Isso corresponde a você, Chris.

CHRIS LEWIS-EVANS:

Não falamos de serviços de privacidade, representação já faz tempo. Então corresponde ter uma definição, talvez seja necessária. Por que é importante, quando falamos em acesso a dados de registro? Na última reunião da ICANN, o PSWG fez uma apresentação, que mostrou que nas pesquisas durante a pandemia de COVID-19 dos domínios falsificados, 65% envolviam serviços de privacidade e representação.

Quer dizer que impediam a pesquisa e investigação desses domínios, uma grande proporção. Isso era quando começou a pandemia de COVID-19. Faz uns dois anos. E provavelmente teríamos visto um aumento na utilização dos serviços de privacidade e representação desde então.

LAUREEN KAPIN:

Permita que eu intervenha, porque apesar de existir uma definição na tela, quero dar um exemplo da vida real. Eu sou o mecanismo de defesa do consumidor. Estou pesquisando uma conduta maliciosa em relação ao nome de domínio. Quero saber quem está por trás. Então quero saber se posso solicitar informação a essa parte etc., etc. Há uma solicitação legítima. Mas em lugar de me dar a informação do registratário, a pessoa que se registrou e é responsável pelo nome, recebo informação de um serviço. Aí eu tenho que ir novamente por todo o processo, porque tenho que ir para esse serviço para obter informação sua, subjacente.

E se o serviço está em outra jurisdição, talvez me obstaculize obter a informação em tempo. Então em essência é outro obstáculo a pular, para obter informação concreta. Não quer dizer que exista uma coisa ruim nesses serviços. Mas aí, como tudo, há coisas boas e obstáculos, que são gerados. Objetivamente é outro obstáculo, outro entrave. Por isso é que preocupa. Reamarrar a implementação dessas questões de política, depende de como a comunidade desenvolva algum tipo de serviços de privacidade.

CHRIS LEWIS-EVANS:

Obrigado, Laureen. Voltando ao slide anterior, o RDRS permite que os dados sejam processados de forma segura. Os dados pessoais são processados, conforme a legislação de proteção de dados apropriados do país. Não temos um processo que permita dizer, os dados de registros de uma determinada pessoa foram processados ou tratados de uma forma adequada, conforme a lei. E na Fase 1, faz muitos anos, quando o sistema, WHOIS, estava aberto para todos. Nessa época não

existia a possibilidade de fazer um tratamento dos dados. Neste momento, sim.

Também falamos faz um par de meses, no GAC, de um esclarecimento do Comunicado numa ligação com a Diretoria, falamos no aumento nos serviços de privacidade e representação, dados de registro de gTLD e necessidade de analisar o porquê é grande parte do acesso dos dados de registro. Se não temos acesso aos 60-65% dos dados, realmente vamos obter bons dados de utilização do RDRS. Se não entramos nos serviços de privacidade e representação, quer dizer que é muito importante entender como fazer, para que seja parte do sistema.

Considerou-se, se deveríamos alavancar o RDRS para incluir as recomendações políticas da GNSO de 2015, com relação aos serviços de representação e segurança. Como eu disse, isso vai para 2015, 2016; quando foi lançado o EPDP. E o quadro detalhado para as autoridades, para a divulgação das autoridades de aplicação da lei e os titulares de propriedade intelectual, a retransmissão das comunicações de terceiros a registratários. Tudo isso é familiar para um RDRS.

E também criar uma etiqueta, um rótulo padrão que envolvam serviços de privacidade. No EPDP, como fazer para que fique claro para alguém, que está solicitando dados, como obter ou aonde ir para obter o serviço. É muito importante entender isso, para que as pessoas possam fazer solicitações apropriadas. No *Communiqué* de 2016, de Helsinki, incluímos a confidencialidade nas solicitações dos organismos de aplicação da lei. Temas familiares, novamente. Tudo isso é vinculado muito bem com RDRS. Algumas das propostas nesse PDP se vinculam

muito bem. O tratamento dos dados, conforme... ou cumprimento da lei, é muito importante.

No nosso Comunicado de Kobe, nós dissemos para a Diretoria, quão importante era esse assunto, que era começar com esse tema. Porque levava vários anos. Em 2019, continuamos recomendando que continuem em 2022, na revisão que faz a ICANN falhou, que a prioridade era baixa. E foi suspensa para monitorar o trabalho do EPDP. No Comunicado de Cancún, o último que nós fizemos, pedimos a ICANN que analisasse essa avaliação, que priorize pela importância e que mereça pelo impacto, que tem o aumento no uso. E a utilização do estado dos serviços de privacidade de implementação. E como é que poderiam impactar, se for utilizado no EPDP.

No primeiro trimestre, a Organização da ICANN planeja recomendar isto, quando for completada a Fase 1 da implementação do EPDP. Esse é um passo importante. Seria bom saber o que a ICANN pensa e se há outras atividades, que considere como podemos nos envolver. Próximo slide. E antes de passar os dados de registro, acho que é um momento para perguntas.

NICOLAS CABALLERO, PRESIDENTE DO GAC: Passamos para um slide anterior, Gulden. Há comentários, pergunta dos colegas aqui na sala ou os que estiverem online? Gulden, há alguma consulta?

GULTEN TEPE:

Kavouss Arasteh, representante da delegação do GAC.

NICOLAS CABALLERO, PRESIDENTE DO GAC: Tem a palavra, Irã. Irã, tem a palavra, pode falar.

KAVOUSS ARASTEH: Obrigado, Laureen. Obrigado, Sr. Presidente e todos os colegas, que estão trabalhando nessa área. Achem que é necessário preparar algo como ação ou em forma de um assunto de importância para o GAC para incluir o tema da confidencialidade e metadados ou serviços de privacidade ou representação? É necessário lembrar esse tema em alguma dessas categorias?

LAUREEN KAPIN: Obrigada, Kavouss. Esperamos que todo o GAC se una a essa conversa no final, quando haja tempo para as perguntas. mas quero responder algo específico, que o senhor mencionou. E é o tema da confidencialidade. E agradeço por colocar esse assunto. Em resposta ao assessoramento ou a recomendação do GAC, tivemos maior colaboração com a ICANN e com colegas do Grupo Reduzido para discutir necessidades dos mecanismos de confidencialidade. Mas tiveram muito boas respostas as conversas. Então somos otimistas a respeito de que não será necessário incluir esse tema no Comunicado.

Mas poderia dizer, que com relação aos outros temas, ainda não fica claro quais serão os tempos e o que vai acontecer quando recomeça a implementação dos serviços de privacidade e representação. Então talvez possamos voltar a esse tema. Muito obrigada pela pergunta,

Kavouss. E acho também que temos perguntas no chat. Não sei quem quer fazê-la.

NICOLAS CABALLERO, PRESIDENTE DO GAC: Quero ler um comentário do governo dos Estados Unidos e diz que é bom ver a participação construtiva com relação a solicitação dos organismos encarregados da aplicação da lei. Agradecemos o espírito de colaboração de todos, que participam nessas discussões. E depois temos o comentário de Blaise **[inaudível – 00:48:47]**. Não sei se estou pronunciando bem. Consulta se há outra ferramenta além do WHOIS, que permita saber quem é que está por trás de um nome de domínio? Quero falar sobre uma ferramenta, que pode identificar um domínio, que não seja ilícito. Não sei se podem responder.

CHRIS LEWIS-EVANS: Uma ferramenta de código aberto, que diz que é o registratário de um nome domínio. Não, não existe. Há todo um processo jurídico, que pode se iniciar para chegar a esses dados. Mas como o GDPR, sabemos que existe um mecanismo de menor impacto, para ter os dados. E o processo jurídico certamente, um mecanismo de mais alto impacto para esse serviço de solicitação dos novos.

LAUREEN KAPIN: É por isso que falamos nessas coisas. Não há outro acordo. Não há outro mecanismo acordado. Por isso que essas discussões são tão importantes.

NICOLAS CABALLERO, PRESIDENTE DO GAC: Tem uma pergunta de Ken Ying de Taipei, Taipei Chinês. O RDRS foi... estamos certos de que cumpre com o GDPR?

CHRIS LEWIS-EVANS: Não quero responder em nome da ICANN, mas estou certo de que vão se assessorar legalmente, juridicamente disso. E saber que cumpra com os requisitos de proteção dos dados.

GULTEN TEPE: T. Santosh da delegação da Índia, pediu a palavra junto com Ken Ying, do Taipei Chinês.

NICOLAS CABALLERO, PRESIDENTE DO GAC: Vou falar da segunda pergunta, se me permitirem, que fez o representante do Taipei Chinês. Os solicitantes e registradores nem sempre estão na mesma jurisdição. Então há obstáculos para as autoridades para obter os dados. Como deveria ser abordado esse tema? Laureen.

LAUREEN KAPIN: Uma das qualidades desse sistema é que a jurisdição. Não interessa, se faz a solicitação. E existe a possibilidade de obter uma resposta. Mas o registrador não tem competência para se responde ou não essa solicitação. Ou se o pedido é avaliado, como um pedido lícito, que é congruente com o GDPR. Ou seja, que o registrador é quem decide. Mas o RDRS não tem exceções para jurisdições. Não diz que se está nessa

jurisdição, não pode obter acesso a informação. É o registrador, quem decide se é um pedido correto, lícito.

E decidir como responder no mundo ideal. Não é a mesma situação, que num processo jurídico, onde a jurisdição sim, importa. Estou na minha jurisdição e alguém cita uma entidade dos Estados Unidos. Bom, temos que estar certos de cumprir com todos os procedimentos. Mas se esse pedido chegar de fora dos Estados Unidos, não preciso escutá-lo. Acho que aqui, no RDRS, se manejam ou atuam de forma diferente. Mas a decisão tem o registrador.

NICOLAS CABALLERO, PRESIDENTE DO GAC: Obrigado, Laureen. Por questões de tempo, vamos deixar que apenas façam perguntas e comentários, os representantes do GAC.

T. SANTOSH:

Quero fazer três observações com relação as apresentações nessa sessão. De um lado, os registradores. Os registradores têm que dar os detalhes no RDRS. Mas há registradores, que não estão registrados pela ICANN. O que acontece com eles? a segunda observação tem a ver com serviços de privacidade e representação, que oferece a ICANN. Que sugerem que opção seja ou que seja optativo para o registratário. Não deveria ser conforme os serviços confiados a qualquer registratário.

Em terceiro lugar, o sistema RDRS dá detalhes sobre um domínio malicioso? Esse são os temas, que gostaríamos de esclarecer, conforme a apresentação feita agora. Com relação a exatidão do WHOIS, como se podem recuperar os dados, se não há exatidão?

NICOLAS CABALLERO, PRESIDENTE DO GAC: Ken, Chris, Laureen. Alguém quer responder?

CHRIS LEWIS-EVANS: Bom, talvez possamos começar de trás para frente. Com relação a exatidão do WHOIS, quando ela não existe, há uma política dentro da ICANN, que permite eliminar esse domínio. Se é um domínio malicioso e não tem dados verdadeiros, exatos, a política a remoção desse domínio. Então a gente depois, tem que interagir com o registrador, para que remova e haverá um processo. O RDRS tem que informar que a informação, que o registrador tem em sua base de dados.

NICOLAS CABALLERO, PRESIDENTE DO GAC: Outro comentário, perguntas? Estamos bem? Alguma outra pergunta? Comentários? Se não, passamos a palavra para a Laureen.

LAUREEN KAPIN: Na realidade, passo a palavra para Kenneth. E brevemente queria responder o que acontece com os registradores, que não estão credenciados pela ICANN. Bom, significa que não há obrigações, não tem obrigação de cumprir. É uma pergunta muito justa. E todos nós devemos tentar encorajar tantas pessoas, quanto possível, que participem na ICANN e que estejam credenciados pela ICANN. E que sejam bons cidadãos.

KENNETH MERRILL: Sou consciente do tempo também. E queria deixar espaço para um par de perguntas.

NICOLAS CABALLERO, PRESIDENTE DO GAC: Sim, precisamos de mais 5 ou 10 minutos. Não há problemas.

KENNETH MERRILL: Como eu já disse antes, quando víamos a linha cronológica do ponto de vista da exatidão, a Equipe de Definição de Alcance tinha que ver se havia modificações a fazer para política atual sobre a exatidão dos dados de registro. E lideram quatro tarefas. A equipe cumpriu duas das quatro. Próximo slide, por favor. Então não vou abranger todos os detalhes das tarefas. Mas as duas, que finalizaram, correspondem a definir os requisitos para os registradores com respeito a exatidão dos dados do nome de domínio e como são aplicados pela ICANN. E a segunda tarefa era a análise de diferentes abordagens para medir a exatidão.

E do primeiro slide, devem lembrar que víamos que a Equipe de Alcance de Exatidão ainda tinha algumas tarefas a desenvolver, a avaliar as obrigações contratuais vigentes. Eram efetivas e se havia alguma modificação para melhorar a exatidão. Então se avançarmos, vimos alguns comentários do GAC com relação a exatidão. Da ICANN75, essa Equipe acabou com as tarefas 1 e 2 e apresentou a GNSO e apresentou outras recomendações. Que devia fazer uma enquete de registradores sobre o tema da exatidão. E em segundo lugar, que tinha que explorar a possibilidade de ter uma auditoria de registradores.

E em terceiro lugar, que o Conselho da GNSO colocou em pausa, o trabalho dessa Equipe de Definição só para aquelas propostas, que precisamos de acesso aos dados de registro até que pudesse ser feita a comunicação com as autoridades de comunicação dos dados pertinentes até viabilizar os acordos de proteção de dados entre a ICANN e as partes contratadas. No mês de novembro, o Conselho da GNSO aprovou uma moção colocar em pausa esse trabalho da Equipe de Alcance para adiar a consideração das recomendações. Em primeiro lugar da pesquisa; em segundo lugar da auditoria até que terminassem as negociações dos acordos de proteção de dados. E que houvesse também uma retroalimentação com respeito a possibilidade de processar os dados de registro, para medir a exatidão. É importante também destacar que falaram que voltariam depois de seis meses, a consultar essa Equipe de Definição de Alcance da Exatidão.

Isso foi em novembro. Então seis meses seria até final do ano passado. Na ICANN76, o GAC reiterou a importância do tema da exatidão e a importância de revisar a recomendação dessa Equipe de Definição de Alcance, depois de preenchidas ou terminadas, as negociações sobre os acordos de proteção de dados com as autoridades de proteção dos dados. E houve também um elemento que surgiu para fins da ICANN76. A Organização da ICANN ofereceu informação atualizada com respeito ao avanço da avaliação dos impactos da proteção de dados e também a sua comunicação com o Conselho Europeu de Proteção de Dados.

Quanto ao primeiro ponto, foi anunciado que a Organização da ICANN completou a sua avaliação de impacto de proteção de dados, com respeito a consideração de uma auditoria de cumprimento contratual

de forma proativa. Essa auditoria analisaria o cumprimento dos registradores de acordo com o RAA em vigor. E também a ICANN disse que isso estaria em cumprimento com o GDPR. Por outra parte, a ICANN está trabalhando sobre outra avaliação de impacto, na proteção de dados com uma amostra representativa dos dados de registo. E esta é uma auditoria interessante, porque vai dar maiores detalhes e visibilidade para entender os dados de registo completos. Mas aqui é importante destacar que nenhuma dessas auditorias confirmam a identidade do registo, nem a exatidão dos dados de contato. Esses são os dois acontecimentos novos produzidos desde a ICANN76. E assim estão as coisas até hoje. Paro por aqui.

NICOLAS CABALLERO, PRESIDENTE DO GAC: Obrigado, Ken. Há alguma pergunta ou comentário? No chat, está tudo bem, Gulten? Eu vejo que Reino Unido solicitou a palavra. Nigel.

NIGEL HICKSON: Muito obrigado por estas novidades, estas informações atualizadas. Com respeito ao trabalho, em matéria de exatidão, esta pausa de seis meses já terminou. Entendo que o Conselho da GNSO com certeza, que estará considerando esta questão. E vamos falar com a GNSO depois, durante a semana. Mas eu tenho entendido que não há obstáculos do ponto de vista processual, para avançar com a enquete. Esperamos que talvez a avancem nesse sentido, a menos que eu esteja esquecendo alguma coisa, que pudesse acontecer.

NICOLAS CABALLERO, PRESIDENTE DO GAC: Obrigado. Sei que aqui, temos uma solicitação de comentário em linha.

JULIA CHARVOLEN: Sim, Kavouss Arasteh quer falar.

NICOLAS CABALLERO, PRESIDENTE DO GAC: Passo a palavra então, para Arasteh.

KAVOUSS ARASTEH: Obrigado pela apresentação mais uma vez. Quanto a medição da exatidão, posso solicitar que me indiquem qual o processo para essa medição? Com que frequência é realizada a medida? Quem é que mede? E quais são as etapas ou fases, para entender em que etapa da exatidão estamos agora? Uma coisa que necessitamos saber para ver se conseguimos algum avanço. E também os critérios da exatidão. Quais são os critérios da exatidão, da medição da exatidão? Me corrijam.

NICOLAS CABALLERO, PRESIDENTE DO GAC: Obrigado, Irã. Ken?

KENNETH MERRILL: Obrigado, Kavouss. Este tema é uma coisa, que foi discutida extensamente dentro da Equipe de Definição de Alcance da Exatidão. Há diferentes de formas de medir a exatidão. E há vários pontos de vista já descritos antes de entrar em pausa. Mas se reiniciasse seu trabalho,

esse grupo, esse tema seria uma coisa sobre a qual deveríamos aprofundar para dar uma ideia de qual é o método mais eficaz para medir a exatidão, de acordo com os contratos estabelecidos.

NICOLAS CABALLERO, PRESIDENTE DO GAC: Muito obrigado, Kenneth. Passamos agora a palavra a Chris.

CHRIS LEWIS-EVNAS: Segundo esse slide, agora queremos apresentar umas questões para a sua consideração com respeito aos dados de registo. Pelo que já falamos até agora, queremos saber se há alguma outra preocupação, quanto a política pública que tenha sido apresentada nos comentários públicos? E queremos refletir no Comunicado dentro da seção de Assuntos de Interesse ou de Importância para o GAC. Falamos também que temos esse processo de 24 horas, para resposta aos pedidos urgentes. Isso ainda está sendo discutido. Esse continua sendo um tema de importância para nós. Não terminamos com essa definição no IRT e isso devemos monitorar.

E quanto ao RDRS, incentivamos uma maior participação das partes contratadas e dos solicitantes. Aqui devemos fazer uma difusão externa e reiterar algumas recomendações. Também na seção de Assuntos de Importância com respeito ao acompanhamento da recomendação dada em Cancún, sobre a implementação do serviço de privacidade e representação, segundo o que falou Susan no chat da perspectiva do PSWG, tivemos uma boa interação com a ICANN. E pensamos que talvez não seja necessário, tenhamos que refletir. Isso dentro dos assuntos de

importância para o GAC. E também saber se o GAC tem alguma outra preocupação, quanto a este processo piloto, que foi iniciado pela Diretoria? Alguma outra pergunta?

LAUREEN KAPIN: Não tem que responder agora, porque vamos ter uma etapa de redação do Comunicado, onde vão ter oportunidade de incorporar as suas ideias. Essas são perguntas, como guia para começar a pensar.

NICOLAS CABALLERO, PRESIDENTE DO GAC: Obrigado. Temos que encerrar a sessão. Muito obrigado a Laureen, Chris, Melina, Kenneth. Estamos no horário. Desculpem por ter roubado alguns minutos. Temos um recesso de café. Não, não temos um recesso de café. Temos que começar a próxima sessão em preparação com a Diretoria da ICANN. Então, muito obrigado.

[SEGUNDA PARTE]

NICOLAS CABALLERO, PRESIDENTE DO GAC: Esta é a última sessão do dia, antes do coquetel. E vamos falar essencialmente sobre antecedentes para os membros do GAC, sobre as reuniões bilaterais do GAC, nas reuniões públicas da ICANN e revisar e confirmar ou modificar os temas, perguntas e mensagens do GAC a Diretoria. Vou passar a palavra a Sr. Rob Hoggarth.

ROBERT HOGGARTH:

Muito obrigado, Nico. Boa tarde para todos e todas. É sim, os últimos 35 ou 40 minutos, antes de que os senhores e senhoras possam aproveitar do recesso. Como tradição e como, quando eu falo de tradição durante os últimos 6, 7 anos; o GAC aproveita cada reunião ou fórum público para se reunir com grupos da comunidade dentro da ICANN. Vemos especialmente nas reuniões bilaterais com a GNSO, At-Large e as comunidades de CCs. E a reunião primária e de mais interesse é a reunião do GAC com a Diretoria da ICANN. Aqueles que há tempo, que estão aqui, talvez se tenham irritado com a frequência dos meus correios eletrônicos, pedindo contribuições sobre temas, perguntas e outras mensagens que queriam fazer ou perguntar a Diretoria, para iniciar um diálogo.

Neste último período, isto foi dessa forma. Continuamos facilitando esse processo em nome de vocês. E eu acho que vários de vocês demonstraram e deram a sua opinião com o tempo demonstrando, que é um diálogo muito produtivo e estruturado, o que é uma boa oportunidade para compartilhar os pontos de vista dos governos e saber o que pensa a Diretoria e os seus planos também no futuro. Também armamos esse formato de temas e perguntas e respostas. E continuamos com esse formato com algumas pequenas mudanças, que depois vamos descrever.

Então na agenda preliminar para a reunião da quarta-feira, vai se centrar nos temas e perguntas do GAC. Tanto no passado e de forma periódica, a Diretoria realiza as suas próprias perguntas, que se opõem geralmente as do GAC ou se confrontam com as de outras comunidades

da ICANN. No fórum de políticas, a Diretoria não se reúne com outras comunidades, a exceção do GAC. Ou seja, não houve trocas de perguntas para a ICANN77. Então a agenda está aberta, para que o GAC basicamente percorra os temas, identifique e realize perguntas. Então com base no *feedback*, que vocês deram e peço desculpas a Gulten, eu falei e não prestei atenção aos slides. Podemos avançar um ou dois slides a mais. O seguinte, por favor.

Bom, esta é a resenha dos temas, que a equipe de presidentes e vice-presidentes do GAC compartilharam com a Diretoria, como preparação para esta reunião. Duas áreas primárias de temas, na primeira as rodadas posteriores de novos gTLDs. E o segundo tema, a implementação da habilitação ou acreditação da implementação dos serviços de privacidade e recomendação, que já tratamos no espaço anterior. O que vamos fazer agora... e Gulten, rapidamente, daqui um momento, vai também apresentar aí, a informação compartilhada com a Diretoria. Nico vai ler. E os senhores e senhoras vão opinar se é necessário ou se é adequado. Eu falei há pouco tempo, que tinha alguma modificação ou inovação. E essa inovação é que alguns dos responsáveis dos temas propostos para esta reunião, vão compartilhar e obterão o *feedback* da Diretoria e possível texto do Comunicado, tal e como está redigido pelos responsáveis dos temas.

Espero que percebam que esta é uma abordagem única. Essa ideia de compartilhar com a Diretoria, alguma das ideias que já estão dando volta por aqui. E ter alguma retroalimentação no ambiente mais ao vivo, para fechar a deliberação na quarta-feira. Gulten, por favor, pode apresentar aqui, o documento, o *markup*. Eu vou preparar as minhas

mãos para capturar mudanças, sugestões, outras ideias. Nick, agora eu passo a palavra.

NICOLAS CABALLERO, PRESIDENTE DO GAC: Vou ler os antecedentes aqui sobre o primeiro tema, que são rodadas posteriores de novos gTLDs. E esses antecedentes dizem. Os membros do GAC observaram com interesse na recente carta da Diretoria sobre a participação dos membros do GAC, na recomendação do GAC, os Alertas Precoces do GAC em preparação para a próxima rodada dos novos gTLDs. E veem com beneplácito, o relacionamento futuro com a Diretoria. Eu vou um pouco mais devagar, para os intérpretes. Os membros do GAC também continuam interessados em temas mais amplos, relativos a próxima rodada de novos gTLDs em linha com temas, que a Diretoria identifica como “pendentes” e sujeitos a diálogos futuros com o Conselho da GNSO.

Em consequência, nesta reunião, os membros do GAC esperam atrair a atenção da Diretoria, para redigir o texto da recomendação do GAC, no qual o GAC está trabalhando na base dos comentários coletivos prévios do comitê apresentados em junho 2021, como resposta aos produtos finais de Procedimentos Posteriores de novos gTLDs e da GNSO, para consideração da Diretoria da ICANN. Nesse sentido, o GAC considera os cinco elementos seguintes e possíveis recomendações do GAC. É de interesse para os membros do GAC, conhecer as reações da Diretoria a estes cinco possíveis elementos de recomendação do GAC, incluído um possível texto de recomendação, que a Diretoria considere factível para tratá-los de forma oportuna e determinar de que forma o GAC pode participar de forma mais produtiva com a Diretoria, com eles. Está bem

a velocidade para os intérpretes? Estamos bem? Levantam o dedo e falam que sim. Seguinte slide. Desculpem. Gulten, podemos voltar atrás? Há alguma pergunta ou comentário? Alguma contribuição sobre este ponto? Alguma coisa que queiram modificar, apagar, adicionar?

ROBERT HOGGARTH: Pediram que manifestasse o agradecimento aqueles que revisaram o documento nas últimas semanas. Foi útil esse trabalho, esse esforço para obter a contribuição das pessoas, reconhecendo que a única vez, onde as pessoas podem ver. Então aliviou, aliviaram as perguntas.

NICOLAS CABALLERO, PRESIDENTE DO GAC: Obrigado, Rob. Gulten.

GULTEN TEPE: Temos Kavouss Arasteh, levantou a mão, do Irã.

NICOLAS CABALLERO, PRESIDENTE DO GAC: Por favor, Kavouss.

KAVOUSS ARASTEH: No segundo parágrafo, na primeira linha diz “a atenção da Diretoria a recomendação do GAC preliminar”. Não é preliminar. Eu estou errado ou temos um rascunho já?

ROBERT HOGGARTH: É texto preliminar, incorporado a documentação que o pessoal e os responsáveis dos temas, compartilharam. Então sim, na hora considerar o que foi apresentado e podem me corrigir, Fabien, me corrija, se estou errado. É um documento, como de amostra ou de colaboração, que existe, que todos viram.

NICOLAS CABALLERO, PRESIDENTE DO GAC: E também podemos mencionar, que continua aberto para a sua edição. Gulten. Seguinte slide. Continuamos no tema um, rodadas posteriores de novos gTLDs. Recomendação do GAC preliminar. Novamente, preliminar. Primeiro, previsibilidade. A recomendação do GAC proposta para consideração aconselha a Diretoria, que garanta a participação equitativa na Equipe de Revisão da Implementação da Previsibilidade Permanente, SPIRIT. Por parte de todas as comunidades interessadas da ICANN em igualdade de condições.

Número 2. Compromissos Voluntários dos Registros, RVCs, em prol ou em favor do interesse público. A recomendação proposta do GAC para a sua recomendação sugere que qualquer RVC ou PIC futuro deve ser exigível através de obrigações contratuais claras. E as consequências do descumprimento ou descumprimento dessas obrigações deveriam ser estabelecidas, especificamente nos acordos estabelecidos com as partes contratadas. O GAC recomenda que os PICs obrigatórios ou voluntários, continuem existindo e sejam possíveis para tratar as preocupações emergentes de políticas públicas. Três, apoio ao solicitante ou assessoramento a recomendação do GAC para a Diretoria tomar medidas para reduzir de forma substancial ou eliminar as tarifas

de registros da ICANN, que existem para ampliar o apoio financeiro. Argentina tem a palavra.

GABRIELA MATTAUSCH: Obrigada, Nicolas. Quanto ao apoio ao solicitante, estamos de acordo na parte de regiões subatendidas e também a redução das tarifas. Vemos que algumas populações... tanto para algumas populações, também para a ampliação das solicitações. Tudo isso é o que estamos discutindo no Grupo de Trabalho Especial para o Guia de Apoio ao Solicitante. E separar ou reduzir ou eliminar as tarifas também. Em segundo lugar, caso o apoio não seja suficiente, pedir esse apoio extra. E o segundo comentário é uma sugestão para substituir em inglês *underrepresented*, sub-representadas por *underserved*, subatendidas. E outra pergunta, se me permitem, sobre a previsibilidade. Eu gostaria de perguntar se aqui, também aplica isso ao Programa de Apoio ao Solicitante? Obrigada.

NICOLAS CABALLERO, PRESIDENTE DO GAC: Obrigado, Argentina. Tomamos nota do comentário. Não sei por qual motivo não aparece, mas estamos trabalhando. Obrigado, Argentina. Rob, por favor.

ROBERT HOGGARTH: Obrigado, Sr. Presidente. Apenas uma observação breve, porque é a primeira vez, que fazemos uma coisa assim. E eu gostaria que os responsáveis do tema participassem. Estamos compartilhando com antecipação com a Diretoria, a direção da recomendação. É uma

oportunidade singular na Sessão Plenária Aberta, para que vocês façam um ajuste do texto. O que normalmente faço é oferecer a Diretoria depois da sessão de preparação, os slides para a reunião concreta, uma versão atualizada do que foi compartilhado. Ou seja, não é habitual ajustar ou mudar esse texto, mas reconhecemos que é uma discussão semanal, que vai acontecer e que irá diretamente para o Comunicado. Então estamos nas suas mãos, quanto ao quão específicas serão as edições. Reconhecendo que vamos ter várias oportunidades de ajustar ou modificar o texto. Obrigado.

NICOLAS CABALLERO, PRESIDENTE DO GAC: Gulten, leve em conta, que sou curto de vista, então tem que aumentar muito o tamanho do texto. Sim? Há algum outro comentário em linha?

GULTEN TEPE: Sim, Irã, novamente.

NICOLAS CABALLERO, PRESIDENTE DO GAC: Irã, por favor.

KAVOUSS ARASTEH: Obrigado, Sr. Presidente. Eu pergunto se esta questão não foi apresentada já a Diretoria no Grupo Interativo com o GAC? Se vê no documento, que discutimos há três semanas, talvez esses pontos já tenham sido tratados totalmente ou em parte. Então queria perguntar,

se era necessário, porque está no registro da interação com a Diretoria. É uma pergunta de esclarecimento.

ROBERT HOGGARTH:

O âmbito do BGIG é um pouco diferente da metodologia da reunião plena do GAC e da Diretoria. O BGIG é um grupo pequeno, se bem, tomamos nota desse evento. Não há um registro, uma transcrição oficial. Há oportunidade de discutir essas perspectivas numa reunião pública aberta é uma oportunidade maior de diálogo. E para que conste nos registros e recebamos retroalimentação. É possível, que se conheça as perspectivas de outros membros ou da Diretoria, que não participa no BGIG e que aqui, tem a oportunidade de participar e discutir. Ou seja, para dar a isso, um pouco de contexto. Obrigado.

NICOLAS CABALLERO, PRESIDENTE DO GAC: Com a edição, vou ler a parte do apoio ao solicitante. O texto dizia. O assessoramento do GAC proposto a consideração aconselha a Diretoria a tomar medidas, para reduzir de maneira substancial ou eliminar as tarifas existentes com os registros da ICANN e para ampliar o apoio financeiro, para regiões subatendidas. Está bem, Argentina?

GABRIELA MATTAUSCH:

O beneficiário desse Programa de Apoio ao Solicitante são regiões subatendidas em geral, para a redução das tarifas. Ou seja, o benefício do Programa de Apoio ao Solicitante é a redução das tarifas da ICANN, que se dirige ou foca nas regiões subatendidas. Vou explicar, para que

se entenda. Funciona assim. Há um apoio específico para uma determinada quantidade de solicitações. Não é dinheiro. É redução da tarifa. E o que estamos discutindo no grupo de trabalho é o seguinte: caso o apoio financeiro não seja suficiente para as solicitações escolhíveis, se houverem mais solicitações que qualifiquem, temos que pedir apoio financeiro extra, a mais. E isso é o que estamos discutindo agora.

E minha segunda pergunta era sobre a previsibilidade. Porque temos guias de recomendações no grupo de trabalho com certa flexibilidade. Também não são suficientemente claras. Talvez seja uma boa ideia salientar, que a previsibilidade é algo muito importante, para o Programa de Apoio ao Solicitante, em particular. Porque essas solicitações potenciais não têm a preparação suficiente para a rodada. Obrigada.

NICOLAS CABALLERO, PRESIDENTE DO GAC: Obrigado, Argentina. Se eu entendi bem, tem um texto específico para esse primeiro parágrafo? Ou gostaria de enviá-lo depois? Não tem que fazê-lo agora. Está de acordo, enviaria um texto específico, para que adicionemos ao rascunho? Estaria bem? Muito obrigado, Argentina. Muito bem. Vou voltar a ler o parágrafo número 3. E diria. O assessoramento a recomendação do GAC proposto a consideração, assessora a Diretoria a tomar medidas, para reduzir... a medidas substanciais ou eliminar as tarifas em andamento... das tarifas da ICANN ou ampliar o apoio solicitado, para as solicitações, que qualifiquem das regiões subatendidas. Está bem? Algum comentário? Pergunta? Entendo que há uma no chat.

GULTEN TEPE: Está Jorge Cancio, que quer tomar a palavra.

NICOLAS CABALLERO, PRESIDENTE DO GAC: Suíça, tem a palavra.

JORGE CANCIO: Sim. Sou Jorge Cancio da Suíça. Como um dos responsáveis do tema correspondente ao novos gTLDs, eu fui um dos que propôs esse texto. Eu acho que é importante frisar, que essa redação é um resumo do que indica o Comunicado na seção correspondente a Recomendação. Portanto acho que não devemos misturar ambas as coisas. Temos que falar sobre as palavras, que faltam e detalhes, que faltam no assessoramento, quando falarmos sobre assessoramento. Amanhã, teremos a oportunidade durante a segunda sessão sobre Procedimentos Posteriores de falar sobre o rascunho de assessoramento sobre os novos gTLDs. Isso de um lado.

Outra coisa diferente é o que vamos transmitir ao *Board*. Quando nos reunirmos com eles, queremos dar uma ideia do que vamos abordar no assessoramento. Mas é claro, que não vamos compartilhar todo o texto. Apenas vamos mostrar em que sentido estamos indo. Então tem a ver com a previsibilidade, participação de diferentes partes da comunidade... tem a ver com o apoio ao solicitante, com reduzir ou eliminar as tarifas atuais de registro. Ou apoiar outros mecanismos, para que tenhamos solicitantes de regiões menos favorecidas. Mas não quero que essa sessão tente aperfeiçoar todo esse texto. Porque é

apenas um resumo do texto, que vai ser incluído no Comunicado e será discutido em outra sessão. Espero que isso seja útil e que nos ajude a avançar de forma direta nessa sessão, especialmente considerando o tempo limitado, que temos.

NICOLAS CABALLERO, PRESIDENTE DO GAC: Não poderia estar mais de acordo. Mas estou nas mãos de vocês. Eu sou presidente do GAC e faço o que vocês dizem, que eu tenho que fazer. Considerem que esse texto na tela, é considerado um resumo para revisão da Diretoria, nos preparando para a reunião com eles. obrigado, Benedetta por esse esclarecimento. Se os membros do GAC têm alguma contribuição sobre a redação do rascunho, que vai ser incluído no Comunicado na ICANN77, que se compartilhou faz um tempo, os membros do GAC podem colocá-lo diretamente no rascunho do Comunicado. Todos têm acesso a essa pasta.

ROBERT HOGGARTH: É importante que saibamos e não fazer modificações desse texto, simplesmente mantê-lo, como um resumo. Então vou eliminar essas modificações.

GULTEN TEPE: Antes de passar para o próximo slide, Nico, talvez possamos passar a palavra para Kavouss Arasteh, da delegação do Irã.

NICOLAS CABALLERO, PRESIDENTE DO GAC: Tem a palavra, Kavouss.

KAVOUSS ARASTEH: Coloquei meus comentários no chat, podem vê-lo aí, para não perder tempo. Obrigado.

NICOLAS CABALLERO, PRESIDENTE DO GAC: Muito bem. Vou verificar. A primeira pergunta do Irã é se “As regiões subatendidas estão definidas formalmente em algum lugar?”. Ou seja, temos uma lista de quais são os países mais desfavorecidos? Entendo que sim. Vou continuar lendo. E o que significa o solicitante qualificado? Eu sugiro reter o texto inicial. E é isso que acabamos de sugerir. A não ser que haja outros colegas do GAC, que tenham alguma opinião diferente ou contrária? Não estou vendo nenhuma. Então dou a palavra novamente a... Desculpem, desculpem. Não, eu.

Gulten, próximo slide. Então, ponto 4. Vou ler. Assessoramento por consenso do GAC e Alertas Precoces do GAC. O assessoramento proposto pelo GAC para consideração, assessora o *Board* em primeiro lugar, não aceitar a orientação de recomendação 30.2, com relação aos tempos de assessoramento por consenso do GAC sobre futuras categorias de TLDs e solicitações em particular. Que apontam para desincentivar toda a recomendação apresentada depois de finalizar o Guia para o Solicitante.

E dois, aprovar a recomendação 30.6 com a inclusão do texto de compromisso apresentado pelo GAC, que indica que os governos que emitem Alertas Precoces devem incluir uma explicação por escrito, que descreva o porquê se apresentou essa Alerta Precoce. Como o

solicitante pode abordar as preocupações dos membros do GAC, na medida em que seja viável. Ponto 5 faz referência aos leilões, como mecanismos de último recurso, resolução privada dos conjuntos de cadeias de caracteres em conflito. O assessoramento proposto pelo GAC para consideração do *Board* diz que os leilões de último recurso não sejam utilizados em conflitos entre solicitações comerciais e não-comerciais. E número 2 proibir desencorajar os leilões privados.

E o Grupo de Regiões Desfavorecidas tem uma definição de trabalho das regiões menos favorecidas, que utilizam várias partes da ICANN e tem link aí. Isso é com relação a consulta do Irã. Perguntas sobre os temas 4 e 5?

GULTEN TEPE: Temos Luciano da delegação do Brasil.

NICOLAS CABALLERO, PRESIDENTE DO GAC: Fala, Luciano.

LUCIANO MAZZA: Obrigado, Nico. Queria apresentar um tema, que está relacionado com o ponto 4 do rascunho de assessoramento do GAC. Acho que com algumas modificações, podemos discuti-lo. Mas não é o momento para mencioná-lo agora. Mas há um tema, que quero que considerem a recomendação 30.4, que tem a ver os Alertas Precoces e como se tratam a recomendação do GAC.

Acho que não há consenso sobre isso. Mas o Brasil quer propor um texto. Porque acho que provavelmente, seja a última oportunidade que tenha antes de tomar uma decisão, quanto a recomendação 30.4 é a que modifica o texto relativo aos TLDs genéricos, que são geográficos. O Guia para o Solicitante tem esse texto de que criaria a presunção forte de que a solicitação não deveria ser aprovada. E acho que provavelmente esse seja o único caso de nomes geográficos, quando é tomada a decisão de modificar o Guia do Solicitante. Pensamos que é contraditório. Queremos propor uma redação para isso. Eu sei que há outros momentos para discutir a redação. Mas como esse tema vai ser colocado a Diretoria, queria dizer que esse tema tem que ser discutido. Porque o *Board* pode ter posição já definida com relação a isto.

NICOLAS CABALLERO, PRESIDENTE DO GAC: Obrigado, Brasil. Algum outro comentário, pergunta?

GULTEN TEPE: Irã pediu a palavra.

KAVOUSS ARASTEH: Obrigado, Sr. Presidente. Coloquei o meu comentário no chat.

NICOLAS CABALLERO, PRESIDENTE DO GAC: Vou ler, então. Talvez possamos fazer, tornar mais firme o texto introdutório, dizendo que o GAC reitera a sua preocupação com a Diretoria. Irã, pode explicar?

KAVOUSS ARASTEH: Sim. A parte introdutória diz que o GAC volta a dizer, a falar sobre as suas preocupações prévias de que a Diretoria não... e continua com a oração, como está. Porque diz para a consideração da recomendação. Acho queremos mais do que uma consideração.

NICOLAS CABALLERO, PRESIDENTE DO GAC: Obrigado, Irã. Muito bem, já tomamos nota disso.

GULTEN TEPE: Jorge Cancio da delegação suíça, que tem a palavra.

NICOLAS CABALLERO, PRESIDENTE DO GAC: Jorge Cancio tem a palavra.

JORGE CANCIO: Obrigado, Nico. Quero esclarecer que essa ideia de que se apresenta para consideração, nos referimos a consideração do GAC. Porque ainda não discutimos, não é para a consideração da Diretoria. Há uma diferença, então. Eu queria esclarecer isso, para entrar nos detalhes da redação, teríamos que analisar o texto no Comunicado. Podem verificar no link, enviado por Fabien faz umas horas, que nesse resumo, quando dizemos assessoramento ou recomendação do GAC para consideração, nos referimos a consideração do nosso comitê. Queria esclarecer isso.

NICOLAS CABALLERO, PRESIDENTE DO GAC: Muito bom, esse ponto. Obrigado. Tomamos nota. E fica um só slide. Gulten? Gulten, lembra que eu tenho problemas para enxergar. Senão não vou poder ler o que está aí.

Obrigado, Gulten. Então por último. Isso tem a ver com o tema 2, a implementação do credenciamento nos serviços de privacidade. Os membros do GAC também têm perguntas sobre a implementação do credenciamento dos serviços de representação, em particular depois da aceitação pro parte do *Board*, 15 de maio de 2023. O assessoramento no Comunicado de Cancún sobre esse tema, o GAC está à espera de uma informação atualizada sobre a priorização da revisão desse assunto e qualquer outro acontecimento pertinente recente.

Depois vem as perguntas. A, foi modificada, a redação. O *Board* pode nos atualizar sobre o estado da implementação dessa política, que foi suspensão em 2018? E a terceira pergunta é “Depois da discussão da chamada de esclarecimento da ICANN77 e *Board*, há um trabalho adicional que se tenha analisado, que possa ser compartilhado? Mais uma vez, deixamos em aberto o microfone para comentários, perguntas. Alguma coisa que tenhamos no chat, por exemplo? Alguma pergunta ou comentário da sala? Se não, devolvo a palavra para Gulten.

JORGE CANCIO: O Reino Unido pediu a palavra, depois Irã.

NICOLAS CABALLERO, PRESIDENTE DO GAC: Nigel, tem a palavra.

NIGEL HICKSON: Desculpem, Presidente. Não nesse slide, mas antes de finalizar, posso pedir que o *Board*, quer fazer uma pergunta para nós? Desculpem se eu pulei isso.

ROBERT HOGGARTH: Obrigado, Nigel. Dessa vez, o *Board* não colocou nenhuma pergunta, nem resposta oficial a respeito de compartilhar a informação preliminar, que quer discutir. O que estamos fazendo agora é armar esses slides, para mostrar as contribuições de vocês. Nico vai compartilhar com a Diretoria, na quarta-feira. Caso haja alguma pergunta para os membros da Diretoria e se for assim, vamos comunicar aos membros do *Board*.

NICOLAS CABALLERO, PRESIDENTE DO GAC: Sim. Irã tem a palavra.

KAVOUSS ARASTEH: Acho que a terceira pergunta, se não me engano, diz que após a discussão... a discussão após a chamada. Qual nos referimos? Porque na realidade, falamos de duas semanas, duas semanas e meia. E nada aconteceu.

ROBERT HOGGARTH: O pessoal não redigiu a pergunta. Então não posso dar uma resposta. Mas acho que mostra a conversa, que teve lugar faz um par de meses na chamada de esclarecimento. Não é a chamada do BGIG. Obrigado.

NICOLAS CABALLERO, PRESIDENTE DO GAC: E estamos nas suas mãos. Se quiserem eliminar uma pergunta, duas ou três; podemos fazê-lo. E chegamos ao horário de finalização dessa sessão. Na realidade já superamos 16 minutos. Temos que finalizar, a não ser que alguém tenha uma pergunta adicional. Já poderíamos ir para o coquetel, se não existir nenhum comentário ou pedidos da palavra. Se não, Rob.

ROBERT HOGGARTH: Uma observação rápida. Essa é o que eu comentei, como presidente. O presidente reconheceu que essa é a sala maior nessa sede. E temos um pouco tempo adicional hoje, porque permitimos a comunidade, que utilize essa sala amanhã, para a Sessão de Busca do Diretor Executivo. Mas amanhã, não poderemos superar o horário. Obrigado pela sua generosidade, Sr. Presidente.

GULTEN TEPE: Desculpe, Nico, que eu interrompa. Mas antes de finalizar a sessão, vejo que Kavouss Arasteh da delegação do Irã, quer fazer um comentário.

KAVOUSS ARASTEH: Obrigado. Desejo uma boa recepção. Mas Rob, não acho que precisemos da pergunta três. Não coloquemos isso. Não, não é necessário.

NICOLAS CABALLERO, PRESIDENTE DO GAC: Reino Unido.

CHRIS LEWIS-EVANS: Obrigado, Nico. Kavouss, a pergunta três está lá em resposta a um ponto, que compartilhamos oralmente com a Diretoria nessa ligação. Acho que Becky Burr disse que tinham considerado que esses serviços de privacidade e representação iriam ser colocados dentro do RDRS. Queríamos então sendo assim, ter essa pergunta para ver se consideraram.

NICOLAS CABALLERO, PRESIDENTE DO GAC: Obrigado, Chris. Algum outro comentário, pergunta? Bom, não vejo nenhuma pergunta, então damos por finalizada a sessão. Temos a recepção inaugural às 17h30. Temos 10 minutos apenas para isso. Amanhã às 9h00, nos reunimos novamente para Reunião do GAC com a GNSO. Desfrutem da noite. Finalizamos a sessão.

[FIM DA TRANSCRIÇÃO]